
Educação Infantil: avanços e desafios, onde o discurso e a prática se encontram¹

Dulcilene Rodrigues da Silva²
Daniel Moreira Tavares³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de forma crítica e pedagógica os avanços e desafios da Educação Infantil desde seu contexto histórico até o atual momento. Apontando as necessidades que não podem ser esquecidas. Uma vez que na atualidade ainda sobrevivem polêmicas sobre como está organizada a educação das crianças de 06 meses a 06 anos de idade acerca do cuidar e educar na Educação Infantil. Todavia, através de alguns estudos bibliográficos de autores que se preocuparam com uma educação de qualidade frisa-se que o cuidar faz parte do ato de educar, porém de maneira integradora. Assim, não há como negar que a Educação Infantil brasileira nos últimos anos têm alcançado avanços significativos, principalmente quando a legislação reconheceu a criança como sendo um sujeito de direitos inclusive o direito a uma educação de qualidade, entretanto, muitos ainda são os desafios que precisam ser superados para que realmente haja um ensino de qualidade voltado para todos. Dessa forma, neste artigo atentando-se para além dos muros da educação infantil, propôs-se a discutir um ensino de qualidade, e realizar uma análise da atuação profissional por parte dos docentes que trabalham nesse nível de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Atuação profissional. Avanços. Desafios. Educação Infantil. Educação de qualidade.

INTRODUÇÃO

No período antecedente ao surgimento da Constituição Federal de 1988 na qual estão inseridos alguns artigos que regulamentam a Educação Infantil, sabe-se que a educação das crianças era responsabilidade das famílias, principalmente das mães. Logo, com o processo de industrialização e a entrada da mulher no mercado de trabalho teve-se a necessidade de criar instituições que pudessem atender as crianças que viviam na pobreza com o objetivo de diminuir o índice de mortalidade infantil no país durante o século XIX, enquanto as mães trabalhavam nas fábricas.

¹ Artigo apresentado ao curso de Pedagogia da Faculdade Montes Belos (FMB), como requisito para obtenção do Título de Licenciatura.

² Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Montes Belos. E-mail: dulcijuliano123@hotmail.com.

³ Professor do curso de Pedagogia da Faculdade Montes Belos. E-mail: daniel.moreira@fmb.edu.br.

A Educação Infantil atualmente vem se caracterizando por um cenário de maior destaque e também de algumas mudanças em sua trajetória institucional de atendimento às crianças desde o assistencialismo até à função educacional. Diante disso, mesmo com os avanços obtidos a partir da Constituição de 1988 e as promulgações de novas leis, assim como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), muitos são, ainda, os desafios pelo qual a educação infantil tem enfrentado.

O presente estudo teve por objetivo discutir quanto aos avanços e retrocessos existentes, uma vez que vários são os desafios pelo qual a educação infantil vem passando, principalmente no que tange ao cuidar e educar, priorizando alguns discursos no que diz respeito à qualificação do professor que atua na Educação Infantil.

Para Oliveira (2002, p. 23),

É tarefa urgente repensar a formação profissional de todos os que trabalham com crianças até 6 anos em creches e pré-escolas. A inclusão da creche no sistema de ensino acarretou uma série de debates sobre o que é a função docente e como preparar professores com perfis que respondam mais adequadamente à diversidade de situações presentes na educação de crianças, desde o nascimento, em instituições educacionais [...] e despertam para a necessidade de modificações na formação docente.

Diante do pensamento de Oliveira, é de suma importância à análise das competências e habilidades do professor que atua nesse nível de ensino, para então esclarecer o quanto a formação docente é fundamental para que a criança se desenvolva e adquira uma aprendizagem significativa, por isso a necessidade da formação contínua, pois só assim conseguiremos alcançar as perspectivas de um ensino de qualidade fundamentada no desenvolvimento integral da criança.

Portanto, o presente estudo foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas onde buscou-se analisar, criticamente, acerca dos avanços e desafios da Educação Infantil visando suas perspectivas e também da formação de professores que atuam nesse nível de ensino com enfoque na teoria e prática segundo os pensamentos de autores que se preocuparam em estudar acerca da educação infantil, e dentre eles cita-se autores importantes para a educação brasileira como Zilma Ramos de Oliveria e Moyses Kuhlmann Jr. E para complementar as ideias acerca da educação foi realizado também pesquisas na

LDB e RCNEI (Referencial Curricular para a Educação Infantil), que também é de cunho importantíssimo para a construção da Educação Infantil.

Breve histórico da Educação Infantil

Analisando o contexto histórico da Educação Infantil, pode-se perceber que durante séculos a educação da criança era totalmente responsabilidade da família e principalmente da mãe que era a cuidadora do lar e que tinha como função procriar mais filhos e zelar pela educação dos mesmos, uma vez que os maridos trabalhavam nas lavouras e engenhos para o sustento da casa. Era também através da participação nas tradições e no convívio com os adultos que as crianças aprendiam as normas e regras de sua cultura, levando em consonância que a infância durava até os sete anos de idade e a partir daí a criança era vista como um adulto em miniatura e exercia os mesmos trabalhos que os adultos.

Devido ao grande número da mortalidade infantil, decorrente da desnutrição, falta de higiene, má alimentação, vários tipos de epidemias, também ao grande número de crianças que eram abandonadas nas ruas frutos da exploração sexual, as desigualdades socioeconômicas das famílias, e para esconder a vergonha das mães solteiras a roda dos expostos ou roda dos enjeitados foi o primeiro programa de assistencialismo a criança pobre, assim “no período precedente à proclamação da República observam-se iniciativas isoladas de proteção a infância, muitas delas orientadas ao combate das altas taxas de mortalidade infantil da época [...]”.(OLIVEIRA 2002, p. 92).

Porém, a roda dos expostos não foi suficiente para acolher todas as crianças, sendo necessário entregá-las às amas de leite onde as mesmas cuidavam destas até aos 03 (três) anos de idade em troca de um pequeno salário. Logo, com o alto índice de mortalidade infantil e com as condições muito precárias dessas entidades as mesmas acabaram sendo desativadas.

Os primeiros atos para minimizar esta mortalidade infantil começaram a surgir com os avanços de pesquisas feitas por médicos higienistas, em contrapartida o país estava passando por um momento de transição com o nascimento da urbanização e da industrialização ocorrida no século XIX, que culminou com a substituição das ferramentas e da força humana pelas máquinas, como os homens

estavam centrados nas lavouras, as mulheres começaram a entrar no mercado de trabalho, segundo Oliveira (2002, p. 94 e 95),

Com a urbanização e a industrialização [...] produziram um conjunto de efeitos que modificaram a estrutura familiar tradicional no que se refere ao cuidado dos filhos pequenos. [...] como a maioria da mão de obra masculina estava na lavoura, às fábricas criadas na época tiveram de admitir grande número de mulheres no mercado de trabalho.

Em efeito desse rápido avanço do processo da industrialização e a entrada da mulher no mercado de trabalho de acordo com Oliveira houve uma precisão de criar instituições que atendessem às crianças, pois as mães trabalhadoras deixavam seus filhos com as “criadeiras”, e as crianças não eram bem cuidadas por estas, muitas vezes a situação era tão estigmatizada que as crianças chegavam a vir a óbito. Sendo assim os donos das fábricas começaram a montar instituições em substituição à roda dos expostos. Devido às transformações na qual a sociedade estava passando com o novo papel feminino e principalmente o cuidado com as crianças, começou então a surgir às primeiras instituições. De acordo com Kuhlmann Jr (1998, p.73) “entendida como “mal necessário”, as creches eram planejadas como instituição de saúde, com rotinas de triagem, lactário, pessoal auxiliar de enfermagem, preocupação com higiene física”.

Oliveira (2002, p. 100), por sua vez destaca que:

O jardim de infância, criado por Froebel, seria a instituição educativa por excelência, enquanto a creche e as escolas maternas -ou qualquer nome dado a instituições com características semelhantes às *Salles d'asile* francesas- seriam assistenciais e não educativas.

Partindo desse pressuposto começaram a surgir os primeiros jardins de infância que eram frequentados pelos filhos daqueles mais socioeconomicamente favorecidos no qual a educação era totalmente pautada, e também as creches frequentadas pelas crianças socioeconomicamente desfavoráveis e que tinha por objetivo apenas o assistencialismo com base no cuidar, alimentar, higienizar e colocar para dormir, não era pautado na educação. Vale ressaltar que essas instituições não surgiram para atender as necessidades das crianças e sim do mercado de trabalho que necessitava da mão de obra feminina.

Ainda hoje sobrevivem algumas polêmicas sobre como está pautada a educação das crianças pequenas acerca do cuidar e educar na Educação Infantil. Porém, neste contexto pode-se perceber que a educação é um processo

sociocultural e também político, e diante das mudanças que estavam acontecendo às instituições começaram a preocupar-se com o quesito educação, e perante muitas lutas, deu-se o início aos primeiros avanços no que tange as funções da Educação Infantil. Assim, Paschoal e Machado (2009, p.1 *apud* GASBARRO *et al*, 2011, p.24), nos relata que.

É importante mencionar que as escolas infantis no Brasil sofreram, no decorrer dos tempos, diferentes mudanças em suas funções, as quais passaram pelo assistencialismo, custódia e privação cultural, até a função educativa. [...] do ponto de vista histórico houve um avanço significativo da legislação quanto esta reconheceu a criança como cidadã, como sujeito de direitos, inclusive o direito à educação de qualidade desde o nascimento.

A partir da promulgação na legislação brasileira da Constituição Federal de 1988, reconhece-se que é um direito da criança o acesso à creche, que a mesma não seria apenas uma dicotomia assistencialista, porém, estava ela voltada para o campo educacional. Portanto, a Educação Infantil ficou assegurada pela Constituição Federal de 1988, onde a mesma faria parte do Sistema de Ensino e também das políticas públicas. Assim, para Oliveira (2002, p. 115),

[...] a elaboração de novos programas buscavam romper com concepções meramente assistencialistas. [...] propondo-lhes uma função pedagógica que enfatizasse o desenvolvimento lingüístico e cognitivo das crianças [...] na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino.

Diante dessa conquista do reconhecimento da Educação Infantil pela Constituição Federal, de que a criança é um sujeito de direitos e deveres, novos avanços começaram a ser alcançados e promulgados. Com base nesta perspectiva surge então a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei de Diretrizes e Bases da Educação, RCNEI (Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil). Porém, ainda há muitas problemáticas na legislação e também no que tange à pedagogia a serem superados, no entanto se faz necessário vencer os desafios da ideia assistencialista e ampliar a visão da criança para além dos aspectos dos cuidados, uma vez que a mesma deve estar pautada tanto no cuidar e principalmente no educar de maneira integradora.

Avanços na Educação Infantil a partir da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996

Muitos são os avanços obtidos na educação infantil para crianças de 0 a 6 anos por intermédio da Constituição Federal de 1988 e pela LDB de 1996 que reconheceu a criança como um sujeito de direitos, inclusive o direito de uma educação de qualidade, onde esses avanços representam um marco nas políticas públicas assim Gomes (2009, p. 46), destaca algumas leis que reforçam essa decisão:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90), que baseado na “Doutrina da Proteção Integral”, buscou garantir e proteger direitos para criança e adolescentes previstos na CF/88, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que também reforçou e ampliou essa perspectiva, ao tratar a educação infantil como primeira etapa da educação básica e o FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Porém, faz-se necessário ficar atento para que estes avanços não tenham ocorrido em vão, “é preciso conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhecê-las como produtoras da história”. (KUHLMANN Jr, 1998, p. 31).

Para tanto essas mudanças ocorridas, desde o assistencialismo até chegar à função educativa, provocaram um avanço significativo, pois hoje se pode ver que é direito de todos e dever do Estado ofertar uma educação de qualidade, atendendo as especificidades de cada indivíduo. Portanto, a Constituição Federal no seu artigo 208, inciso I e IV é dever do Estado:

I- educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
IV- educação infantil em creche e pré-escola, às crianças até 05 (cinco) anos de idade;

Partindo dessa premissa, a educação infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, e que a mesma é organizada em dois seguimentos, sendo estes: “I - em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade”. (SILVA, 2003, p. 100).

Portanto, uma nova atualização na Lei de Diretrizes e Bases da Educação mudou algumas questões sobre as crianças de 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade ser obrigadas a frequentarem uma instituição de Educação Infantil, ou seja, se antes os pais tinham a opção de não matricular seus filhos na escola até os 06 (seis) anos de idade, na atual emenda constitucional os pais são obrigados a matricular essas crianças em instituições de educação a partir dos 04 (quatro) anos de idade e a permanência da mesma em uma instituição educacional até os 17 anos de idade. Assim, segundo a LDB e com a nova emenda constitucional, a Lei nº 12.796 de 04 (quatro) de abril de 2013 altera a Lei nº 9.394/96, relata:

Art. 1º A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações: [...]. I- educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade [...].

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Assim como é obrigatório a matrícula da criança a partir dos 04 anos de idade, as instituições de ensino municipais também são obrigadas a ofertarem vagas para todas as crianças que possuem esta idade. Perante esta nova lei, se os pais não respeitarem e nem cumprirem com essa obrigatoriedade da nova legislação, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente os mesmos podem vir a serem multados, com valores que variam de três a vinte salários mínimos ou detenção de 15 dias a um mês.

Nessa perspectiva essa modalidade de educação é dever do Estado, com o apoio da família e da sociedade, fazendo então a educação infantil parte do sistema educacional e suas funções devem estar permeadas por padrões de qualidade no qual se deve-se levar em consideração a bagagem cultural da criança e seus variados conhecimentos até a constituição de sua identidade e autonomia. No que tange à avaliação, a mesma deve ser feita mediante registros e acompanhamento do desenvolvimento da criança, sem caráter objetivo de retenção ou reprovação da criança.

Contudo, apesar dos avanços obtidos envolvendo a infância e suas propostas pedagógicas, há de se questionar que vários são os desafios que circundam a educação infantil. Desafios esses que ainda norteiam o campo educacional dessas crianças e que atualmente é alvo de discussão. Apesar de a LDB considerar a criança um sujeito de direitos e também que é direito da mesma a permanência em creches a partir de 06 meses a 03 anos de idade (sendo esta opção da família,

porém direito da criança), e pré-escola de 04 a 06 anos de idade, o que se vê no panorama atual é que essa garantia está apenas na teoria enquanto na prática essa realidade é outra.

Logo, não há instituições suficientes para atender a demanda dessas crianças, é necessária a construção de novas instituições para que se consiga até 2016 o acesso e a permanência dessas crianças nessas instituições de educação, não há vagas suficientes nas instituições atuais, e os pais principalmente aqueles de baixa renda passam meses e meses na lista de espera para conseguir uma vaga.

Portanto, faz-se necessário um olhar social voltado para a realidade em que se encontra a educação infantil, uma análise crítica capaz de inovar a presente situação, trazendo condições favoráveis ao atendimento dos menores e conseqüentemente para a manutenção das instituições, sem esquecer-se dos investimentos na formação contínua dos educadores, que não poucas vezes se encontra atrasada frente o grande universo tecnológico que os cercam, universo este tão necessário para as crianças, que anseiam e necessitam deste contato.

Formação profissional para atuação na Educação Infantil

É irrelevante falar da educação infantil sem mencionar a questão da formação do profissional que atua nesse nível de ensino. Uma vez que a formação é um dos assuntos que vem sendo discutido dentro das temáticas relacionadas ao cuidado e educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. Contudo, é na formação desses profissionais que se veem os maiores desafios da educação infantil. No presente momento, onde na maioria das vezes, o cumprimento das leis que regem esses profissionais não se fazem em realidade concreta. Uma vez que o importante não é somente o acesso da criança na instituição de ensino, mas sim a sua permanência nesse espaço e seu desenvolvimento motor, cognitivo, etc.

Para tanto de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (2010, p. 46, artigo 62), sobre a formação docente, faz saber que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de Licenciatura de graduação plena, em Universidades e Institutos Superiores de Educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil [...].

Diante disso, pode-se ver que algum tempo atrás não se tinha a necessidade de uma formação inicial para se trabalhar com crianças das creches e pré-escolas, ou seja, os mesmos não tinham conhecimento necessário para o exercício dessa profissão. Logo, com as novas exigências e transformações da sociedade e a implementação das novas tecnologias, surgiram novas perspectivas de educação infantil e mudou-se o panorama dos profissionais que se interessam em trabalhar nesta modalidade de ensino, tornando-se então obrigatória uma formação de nível superior para atuar nessas instituições de ensino para o atendimento dessas crianças.

A exigência dessa formação foi um êxito alcançado pela educação infantil, pois para se tenha uma educação de qualidade que atenda as especificidades da criança é necessária uma compreensão acerca do desenvolvimento infantil, trata-se de um professor que matem uma rotina planejada com vista a alcançar objetivos de acordo com a realidade de cada criança, pois “é preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas localizá-las nas relações sociais, etc., reconhecê-las como produtos da história”. (KUHLMANN Jr, 1998, p. 31).

Assim, as novas concepções de educação infantil devem estar norteadas por padrões de equidade e qualidade que possam atender as crianças para a construção de sua autonomia, promovendo situações significativas de aprendizagens para alcançar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras e socioafetivas da criança.

Com o objetivo de auxiliar as práticas educativas de qualidade o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 32) relata:

Cabe ao professor a tarefa de individualizar as situações de aprendizagens oferecidas às crianças, considerando suas capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda simultaneamente, as demandas do grupo e as individualidades da criança.

Nesta perspectiva, frisa-se a importância do educador que atua na educação infantil em se preocupar com a organização e a aplicação das atividades para o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos. Deve-se levar em conta também que cada criança possui uma singularidade diferente uma da outra e que aprendem de maneiras diferentes. Por isso ressalta-se a importância da elaboração de um

currículo que envolva questões como a rotina, o tempo, o espaço, materiais disponíveis.

Segundo Gomes (2009, p. 203),

Se o professor é o profissional indicado para trabalhar com a criança pequena, e se as instituições de educação infantil estão vinculadas aos sistemas de ensino, cabe-nos qualificar esse profissional no campo da educação, e a revelação das histórias pessoal, profissional e institucional mostrou ser importante para que se possa não só compreender o atual momento que estamos vivendo nessa área, mas também apontar alternativas para o futuro, na perspectiva do caminho que se quer trilhar.

Dentro dessa perspectiva deve-se ter uma preocupação com o desenvolvimento da criança. Assim as instituições de ensino não deve ser um lugar onde as crianças apenas comem, dormem e brincam enquanto a mãe trabalha, deve ser vista como um ambiente educativo. Contudo, ainda persistem discussões acerca da educação dessas crianças no que diz respeito ao cuidar e ao educar na educação infantil. Assim, Oliveira (2002, p. 115),

Retomaram-se as discussões das funções da creche e da pré-escola e a elaboração de novas programações pedagógicas que buscavam romper com concepções meramente assistencialistas e/ou compensatórias acerca dessas instituições, propondo-lhes uma função pedagógica que enfatizasse o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças.

Diante disso vale ressaltar que a educação infantil abrange tanto o cuidar como o educar, e são ações essências para a mesma. Segundo o RCNEI, o educar na educação infantil se dá através de situações que envolvam o cuidado, brincadeiras, aprendizagens. Logo, todo processo educativo requer o cuidar e o educar, porém, de maneira integradora, enfatizando a relevância do lúdico na educação infantil.

No entanto, a distância entre a teoria (que foi ensinada nos cursos superiores), e a prática exercida no dia-a-dia por esses profissionais estão bem distantes de se tornarem uma realidade concreta. Assim, de acordo com Faria e Palhares (2007, p. 9 e 10),

[...] á medida que a leitura do referencial vai nos remetendo `aquela infância desejada, rica em estímulos, pertinente quanto á educação do vínculo do educador com a criança, e vai nos seduzindo, transportando, remetendo para crianças idealizada, ele nos afasta da maioria das creches brasileiras, desconhecendo ou ocultando parte dos conhecimentos anteriores sistematizados e divulgados.

Nossa realidade é ainda um tanto distante. Por um lado, temos um quadro de educadores pouco qualificados, e, por outro, para efeito de ilustração, temos um quadro de pais e mães oprimidos, pouco participativos na dinâmica das instituições e que, antes de tudo, necessitam de creche como

um equipamento, não “podendo” reconhecê-la como um direito, mas aceitando-a como um favor.

Dessa forma, pode-se ver a necessidade de profissionais qualificados para atuarem nesse nível de ensino, que tenham uma competência polivalente. Uma vez que não se basta somente uma formação superior, mas sim uma formação contínua, logo essa formação deve propiciar a reflexão sobre a prática pedagógica, onde esses profissionais tem a oportunidade de trocarem saberes entre si enriquecendo assim sua didática e fazeres pedagógicos do dia-a-dia atentando para as diferentes formas que as crianças têm de se manifestarem, promovendo assim o desenvolvimento e aprendizagem da mesma.

Ressalta-se que o distanciamento entre a teoria e prática está cada vez mais frequente, e a baixa qualidade da educação infantil se dá pelos professores que não respeitam as fases que a criança tem para seu desenvolvimento mental. Os mesmos muitas vezes tem uma visão estereotipada de que a educação infantil é um momento de escolarização para as etapas dos outros segmentos (ensino fundamental I), enquanto que esse momento deveria conter o lúdico, a percepção, troca, afeto. A educação infantil é a porta de entrada da criança na escola, porém, é necessário se ter uma epistemologia de como se constrói o conhecimento da infância.

As propostas do ensino na educação infantil segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p. 12) devem estar permeadas pelos princípios éticos, políticos e estéticos, logo, seguir essas propostas também é um desafio para o educador do século XXI, que muitas vezes não leva em consideração que a criança constrói sua própria identidade pessoal e coletiva, brinca, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que o presente estudo não teve até aqui a pretensão de insinuar perfeição no quesito educação infantil, mas trazer algumas indagações que merecem ser destacadas. Portanto, este estudo permitiu realizar uma análise crítica

para que assim possamos repensar como estão sendo desenvolvidas as práticas pedagógicas dentro das instituições de educação infantil.

Não há dúvidas que a Educação Infantil é a etapa educativa por excelência para o ser humano, porém, essa educação de excelência só será possível quando a mesma for acessível a todos e baseadas em padrões de equidade e qualidade respeitando as especificidades de cada aluno. Também não há dúvidas quanto aos avanços alcançados desde o assistencialismo, passando pela fase de custódia até se chegar à função educacional. Deve-se levar em consideração que um dos maiores avanços nas mudanças dessa modalidade de ensino se dá a partir das reformas ocorridas a partir da Constituição Federal de 1988 e também da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB) onde está dedicado um capítulo exclusivo para a educação infantil. Uma vez que reconheceu a criança como sendo um sujeito de direitos, inclusive o direito a uma educação de qualidade, e também o direito ao acesso da mesma neste tipo de instituição.

Porém, apesar desses avanços, na contemporaneidade muitos ainda são os desafios que ainda precisam ser revistos e superados, muitos destes não foi explicitado neste artigo, mas que, também merecem destaques. Faz-se necessário ter uma ênfase ampliando os debates sobre o que se entende por educação de qualidade e onde a mesma deve ter seu início, considerando que a criança não é uma tábua rasa, ou uma folha em branco, pois trazem de casa inúmeros conhecimentos que não podem ser menosprezados pelos docentes.

Todavia, deve-se repensar acerca do projeto educacional brasileiro, quanto ao modelo de educação e as políticas educativas voltadas para a educação infantil, colocando assim a infância como prioridade destas. Considerando a criança em si, os aspectos físicos aos quais essas estão inseridas, os materiais pedagógicos insuficientes e inadequados, os professores que muitas vezes não estão preparados para lidar com as mesmas. Outro fator importante é que se mude a visão quanto aos bebês, não ignorando as possibilidades de aprendizagens destes, logo, deve-se atentar que a prática pedagógica é de suma importância para a aprendizagem dessas.

Sabendo que o desenvolvimento do discente se dá a partir de seu desenvolvimento intelectual, motor, afetivo e social esbarra-se aqui com algumas questões relacionadas ao cuidar e ao educar. Como esta deve ser feita? Uma vez

que nos deparamos com práticas contrárias aos princípios que estão garantidos em Lei, questiona-se então sobre o que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) diz acerca da atuação do profissional que atua nesse nível de ensino? Salienta-se, que enquanto educadores devemos quebrar alguns paradigmas, refletindo sobre algumas práticas que ainda não se modificaram, ou seja, enxergar a criança como um ser repleto de potencialidades, habilidades, valores. Logo a criança deve ser vista como um “[...] ser completo, total e indivisível” (BRASIL, 1998).

Segundo Faria e Palhares (2007, p. 11):

Defendemos, portanto, a importância da leitura e aprofundamento do RCNEI, contemplado com base no conhecimento de que cada profissional efetivamente dispõe, e incorpore a sua prática de educação infantil, a fim de determinar as condições de validade desse referencial.

Corroborando com os autores acima mencionados, é de suma importância o aprofundamento crítico quanto à leitura do RCNEI, uma vez que os objetivos propostos nos mesmos é bem distante de nossa realidade, pois o mesmo propõe uma infância desejada, rica em estímulos nos direcionando para uma criança idealizada, nos afastando do contexto real aos quais as instituições de educação infantil se encontram no atual cenário brasileiro.

Child Education: advances and challenges, where discourse and practice meet

ABSTRACT

The present work has like objective analysis of critically and pedagogical the advances and challenges of Childhood Education since the historic context till the present moment. Introducing the needs that can't be forgetting. Once that in the present still survive polemics about how is organized the childhood education from 6 months to 6 years old around of the care and educate in Childhood Education. Nevertheless, through some biographical studies of authors that concern with a quality education stresses up that the care make part of the nurture, however in integrative way. So, there isn't how to deny that Brazilian Childhood Education in the last years has reached significant advances, mainly when the legislation recognized the child like been a subject of rights including the right of a quality education, but many are still challenges that need to be overcome so really there be a quality education facing to all. This way, in this article paying attention beyond the walls of Childhood Education, It is proposed to discuss a quality education, and realize an analysis of professional performance for the docents part that work in this education level.

KEYWORDS: Professional performance. Advances. Challenges. Childhood Education; quality education.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. V. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998. Senado Federal, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Mariana Silveira. **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 6.ed.Campinas. Autores Associados, 2007.
- GASBARRO, Ana Lúcia Marques. **Estrutura e Organização da escola de Educação Infantil**. São Paulo, SP: Sol, 2011.
- GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de Professores na Educação Infantil**. São Paulo, SP: Cortez, 2009.
- KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998. 210p.
- LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases nacional. -5. Ed.- Brasília: Câmara dos deputados, coordenação Edições e Câmara, 2010.
- _____. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF. MEC, 1998.3.v.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo. SP: Cortez, 2002.
- SILVA, Eurides Brito da. **A educação Básica Pós-LDB**. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2003.